

CONSULTA DE VIABILIDADE

Nº 3641 / 2019

1. IDENTIFICAÇÃO

Protocolo nº: 2019033054

Requerente: Viviane Cora Borba

CPF: 920.182.549-87

Solicitação: Consulta de Viabilidade para Construção

Endereço do imóvel: Rodovia Interprais e Rua Taxista Olavio de Jesus - Laranjeiras

DIC: 62085



Imagem 01 - Localização (Geoprocessamento)



Imagem 02 - Identificação dos cursos d'água

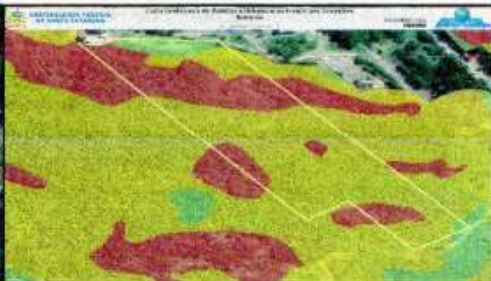


Imagem 03 - Carta Geotécnica (UFSC)



Imagem 04 - Mapa de declividade



Imagem 05 - Foto do local (Google Earth, 02/2019)

2. CARACTERÍSTICAS / OBSERVAÇÕES

- Verificou-se a existência de terreno com vegetação arbórea;
- Em decorrência das Ações Cíveis Públicas nº 2006.72.08.004077-6 e nº 2006.72.08.006446 que tramitam no Ministério Público Federal, o terreno está inserido em área de PRAD - Projeto de Recuperação de Área Degradada da Praia de Laranjeiras, que tem por objetivos: reinstituir a função ecológica da orla, melhorar a estrutura pública existente, resolver a situação dos imóveis instalados em área inapropriada, promover um resgate histórico e sensibilizar as comunidades para com a relação de interdependência existente entre o ambiente natural e urbano da Praia.
- Esta Secretaria utiliza como fonte de consulta para identificação de corpos hídricos o Sistema de Informações Geográficas de Santa Catarina (SIGSC), na qual o Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) realizou o Levantamento Aerofotogramétrico para a obtenção de dados geográficos de alta precisão. Para confirmação da tipologia de corpos hídricos faz-se necessário um laudo hidrológico - Imagem 02;
 - Conforme o SIGSC, há na região um corpo hídrico.
- Deve-se respeitar a Área de Preservação Permanente referente às faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura conforme Art.4º Inciso I da Lei Federal nº12651/12 (código florestal).
- Esta Secretaria utiliza como fonte de consulta as Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização frente aos Desastres Naturais desenvolvido pelo Ministério das Cidades, através da Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. (Disponível em: http://mapgeo.cfh.ufsc.br/balneario_camboriu) - Imagem 03;
 - De acordo com a Carta Geotécnica, parte da área se encontra em Zona de Baixa Aptidão à Urbanização, passível de: Deslizamentos naturais e/ou induzidos nas encostas, Alta suscetibilidade a inundações - com tempo de retorno inferior a 5 anos, Solapamento nas margens dos canais durante eventos pluviométricos intensos (temporais de verão). Desta maneira, recomenda-se a não aprovação de lotes para ocupação permanente nestas áreas.
 - De acordo com a Carta Geotécnica, parte da área se encontra em Zona de Média Aptidão à Urbanização, passível de: possibilidade de ocorrência de deslizamentos naturais e/ou induzidos. Desta maneira, recomenda-se a aprovação de projeto condicionada à apresentação de projeto de estabilidade de taludes de edificação projetada, apoiado em sondagens de simples reconhecimento de subsolo, ensaios de cisalhamento direto e em análises de estabilidade, sempre que houver a previsão de cortes ou aterros com altura superior a 1,5 metros;
- Respeitar a área de Preservação Permanente referente à concentração de ecossistemas da Mata Atlântica em terrenos com declividade superior a 30% localizados em zoneamento ZAN-I ou ZAN-II, bem como as áreas localizadas em ZAN-III, determinado pelos Art. 143, 145 e 147 da lei municipal nº 2686/06, na qual não poderá ocorrer qualquer forma de ocupação para fins de habitação, atividades econômicas ou públicas que produzam impactos ao meio ambiente;
- Respeitar as restrições impostas pelos art. 30 e 31 da Lei nº 11428/06 - Lei da Mata Atlântica;

CONSULTA DE VIABILIDADE

Nº 3641 / 2019

3. IDENTIFICAÇÃO DOS EXEMPLARES ARBÓREOS EXISTENTES

- Existência de densa vegetação arbórea em área de domínio Mata Atlântica no interior do terreno

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

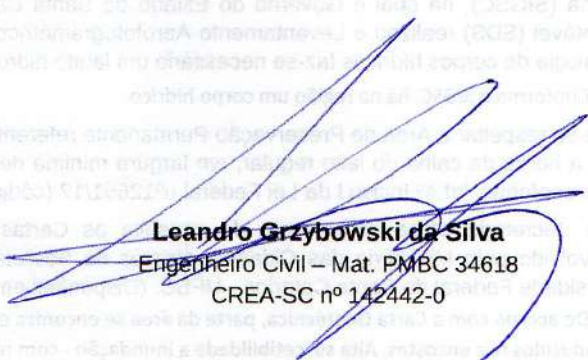
- Projetos arquitetônico e hidrossanitário aprovados pelas Secretarias de Planejamento e de Saúde e Saneamento;
- Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), consoante com a Lei Municipal nº 2508/2005 e Decreto Municipal nº 5125/2008;
 - No PGRCC deverá constar: Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica; nome do transportador cadastrado pelo Município; Área receptora licenciada por Órgão Ambiental competente (identificando o número da licença e órgão emissor).
- Caso o empreendimento a ser implantado estiver na listagem das atividades sujeitas ao Licenciamento Ambiental, conforme Anexo VI da Resolução CONSEMA n. 098/2017, apresentar, nesta Secretaria, a Licença Ambiental de Instalação ou Certidão de Conformidade Ambiental emitidos pelo IMA – Instituto do Meio Ambiente;
- Planta de Declividade do terreno indicando área superior a 30%, além do Levantamento Planialtimétrico Georreferenciado;
- Planta de situação e localização da obra pretendida indicando o recuo legal das margens do curso d'água, conforme Lei Federal Nº 12.651/2012;
- Caso houver necessidade de movimentação de terra, apresentar projeto de terraplanagem, acompanhada da anotação de responsabilidade técnica (ART ou RRT) e memorial descritivo, respeitando as áreas não edificantes e de vegetação existentes sem autorização para supressão. Essa movimentação de terra deve estar contemplada no Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;
- Caso não houver necessidade de movimentação de terra, apresentar declaração que não haverá tal atividade, assinada pelo Responsável Técnico;
- Caso houver necessidade de Corte de Vegetação, apresentar autorização para supressão emitida pelo Órgão Ambiental competente (SEMAM ou IMA);
- Caso não houver necessidade de Corte de Vegetação, apresentar declaração que não haverá supressão assinada pelo Responsável;

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Todos os projetos deverão respeitar as diretrizes do Plano Diretor Municipal e a Legislação Ambiental em vigor;
- Este Parecer não exonera o Requerente do cumprimento de embargos, bem como quaisquer processos relativos à área em questão;
- **Este parecer não autoriza corte de vegetação;**
- Qualquer infração ao presente Parecer implicará no imediato embargo dos serviços e sujeitará o autor às sanções previstas na legislação vigente.

Balneário Camboriú, 19 de Novembro de 2019.


Eduarda Montibeller Schuch
Diretora de Desenvolvimento Ambiental


Leandro Grzybowski da Silva
Engenheiro Civil – Mat. PMBC 34618
CREA-SC nº 142442-0